



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 13808.001234/2002-09
Recurso nº Voluntário
Acórdão nº 3302-001.577 – 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 26 de abril de 2012
Matéria CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Recorrente CIRCLE FRETES INTERNACIONAIS DO BRASIL LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

Período de apuração: 01/03/1996 a 31/12/1998

PIS. LEI Nº 9.715/95. BASE DE CÁLCULO. OPERAÇÕES DE CONTA ALHEIA. AGÊNCIA DE TRANSPORTES E FRETES.

A Base de cálculo do PIS é o faturamento, em sendo faturamento a receita bruta, como definida pela legislação do imposto de renda, proveniente da venda de bens nas operações de conta própria, do preço dos serviços prestados e do resultado auferido nas operações de conta alheia.

BASE DE CÁLCULO. PROVA. DIPJ. PREENCHIMENTO INCORRETO

Incapaz o contribuinte de provar o alegado quanto à adequada contabilização dos ingressos das atividades de conta alheia, tendo preenchido e declarado em DIPJ na linha de Receitas de atividades de conta própria, adequado o lançamento das contribuições sobre tais valores..

Recurso Voluntário Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto do relator.

(assinado digitalmente)

WALBER JOSÉ DA SILVA - Presidente

(assinado digitalmente)

GILENO GURJÃO BARRETO - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros Walber José da Silva, José Antonio Francisco, Fabiola Cassiano Keramidas, José Evande Carvalho Araújo, Alexandre Gomes e Gileno Gurjão Barreto.

Relatório

Adota-se o relatório do acórdão recorrido:

Trata-se de impugnação à exigência fiscal formalizada no auto de infração de fls. 157/167, relativo à Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS). O feito totaliza crédito tributário no montante de R\$ 738.137,25, referente ao período de março de 1996 a dezembro de 1998, incluídos principal, multa de ofício de 75% e juros de mora calculados até 30/04/2002.

Os motivos do lançamento foram descritos no Termo de Verificação de fls. 150/151:

“[...]”

No desenvolvimento dos trabalhos de Verificações Obrigatórias, relativos aos recolhimentos da contribuição do Programa de Integração Social 'PIS', observamos que especificamente quanto aos anos de 1996, 1997 e 1998, que o contribuinte ofereceu à tributação da respectiva Contribuição, valores referentes ao seu Faturamento (conforme demonstrativo abaixo), quantia inferior ao determinado pela legislação fiscal, cujos montantes estão definidos nos Quadros Demonstrativos do PIS, elaborados por esta fiscalização, os quais fazem parte integrante deste Termo.

RECEITAS			
ANO	Apuradas pela SRF	Declaradas	Diferença
1996	13.413.020,21		13.413.020,21
1997	17.598.008,07	3.276.371,00	14.321.637,07
1998	16.713.272,11	2.047.426,03	14.665.846,08
TOTAL	47.724.300,39	5.323.797,03	42.400.503,36

2 - Os montantes atribuídos como receitas declaradas pelo contribuinte estão registradas nas Declarações de Imposto de Renda Pessoa Jurídica dos anos-calendário supracitados, entregues e constantes dos arquivos da Secretaria da Receita Federal, cujas cópias complementam este trabalho.

3 - Questionado sobre as respectivas diferenças, inicialmente o contribuinte alegou desconhecer os motivos desta aparente diferença, não oferecendo qualquer esclarecimento plausível a eliminação deste ponto, conforme documento firmado pela própria empresa.

4 - Em momento posterior, na data de 19/03/2002, o contribuinte na intenção de proceder ao esclarecimento aos quesitos apurados por esta Fiscalização, apresentou documento (cópia anexa [fls. 18/22]) que entre outros esclarecimentos vinculados à operacionalização das atividades da empresa, apresenta fluxo contábil adotado no reconhecimento de seus custos e receitas.

5 - O contribuinte alegou que no processo de prestação de serviços, quer seja na atividade de Importação e/ou de Exportação, concorre com diversos custos, com responsabilidade do tomador dos serviços e que estes lhes serão reembolsados em algum momento da liquidação financeira destas operações, promovendo os lançamentos destes valores a débito de uma conta de Ativo Circulante — Clientes Contas a Receber e a Crédito das contas de Fretes a Pagar e também Receitas.

6 - Dos exames baseados em documentos e livros fiscais dos respectivos anos-calendário sob exame, além de demonstrativos e balancetes contábeis apresentados pelo contribuinte, ficou claro que o mesmo comprometeu a eficiência técnica da conta Clientes/Contas a Receber, que sob a ótica dos princípios contábeis geralmente aceitos, nessa conta, cabe registrar tão somente os valores decorrentes de vendas a prazo de mercadorias e serviços a clientes.

7 - Desta forma, ficou constatado que o contribuinte considerou apenas parte de suas receitas auferidas como base de cálculo para apuração da Contribuição, provocando uma redução drástica na referida apuração.

8 - Face ao exposto, esta Fiscalização tomou como base de cálculo para lançamento, constituição e exigência do crédito tributário através da lavratura do Auto de Infração, os montantes definidos nos Quadros Demonstrativos de Apuração do PIS [fls. 154/156] que fazem parte integrante e indistacável deste Termo.

Notificada da exigência em 27/05/2002, em 25/06/2002 apresentou a contribuinte a impugnação de fls. 170 a 176, pela qual contesta a exigência com base no seguinte.

A despeito dos fundamentos que orientaram a autuação, afirma inicialmente que "o Auditor Fiscal houve por bem considerar como faturamento todos os gastos relativos à prestação de serviços, desconsiderando as despesas incorridas para o agenciamento de carga, que constitui o objeto social da Impugnante".

Nesse rumo, relembra que, a teor do art. 195 da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 7/70 e do disposto na Lei nº 9.715, de 1998, a contribuição ao PIS, no período objeto do lançamento, incide sobre o faturamento, sendo vedada, nos termos do art. 110 do CTN, a utilização de conceito de faturamento que não coincida com aquele definido pelo direito privado. Historia que a generalização da emissão de faturas para qualquer tipo de venda, culminou por padronizar o entendimento de que o termo faturamento corresponde ao somatório dos valores das vendas de mercadorias e prestação de serviços à vista ou a prazo. Nesse contexto, as receitas financeiras, aquelas provenientes de investimentos em bens, numerário e crédito, bem como os valores destinados a serem repassados a terceiros jamais poderão ser incluídos no conceito de faturamento. Assim, alega que "nem todos os ingressos que ocorrem no caixa da impugnante configuram efetivamente receita por ela auferida".

Transcreve em apoio à sua tese, ementa de Acórdão do Conselho de Contribuinte relativo a processo de agência de propaganda que emite entendimento no sentido de que a base de cálculo das contribuições incidentes sobre o faturamento não deve incluir os valores pagos pelo anunciante à agência de propaganda que serão repassados ao órgão de comunicação pela veiculação do anúncio. Também cita Decisão em Consulta emanada da Superintendência da 7ª Região Fiscal dirigida a agência de transportes responsável pela emissão de conhecimentos aéreos recebidos em consignação, entendendo que esta deverá considerar como base de cálculo do PIS e da Cofins, somente o valor da comissão recebida.

Por fim, postula seja declarada insubsistente a autuação, entendendo ter sido demonstrada sua inconformidade ao ordenamento jurídico vigente.

Os membros da 3ª Turma de Julgamento da DRJ de origem, por unanimidade de votos, decidiram julgar procedente o lançamento.

Intimada em 22/08/2006, inconformada a Recorrente interpôs recurso voluntário em 02/09/2006.

É o relatório.

Voto

Conselheiro GILENO GURJÃO BARRETO, Relator

Inicialmente, importante mencionar que às fls. 18 o contribuinte apresentou à douta fiscalização esclarecimentos acerca da sua atividade. Nesse documento afirma, litteris, que:

“ A empresa com contrato social arquivado na JUCESP sob o nº819.448/75 tem como objeto social a prestação de serviços junto a importadores e exportadores no que concerne à consolidação de carga nacional e internacional, manuseio e assistência no transporte rodoviário de carga nacional e internacional, prestação de serviços de despachos aduaneiros de importação e exportação, agenciamento de outras sociedades no país e no exterior, e representação de sociedades nacionais e estrangeiras.

A Circle presta mn serviço de agenciamento de carga, todos os gastos relativos a fretes (locais e 411 internacionais) e custos associados a armazenagem, capatazia, despacho aduaneiro etc podem ser pagos pela Circle, e posteriormente, cobrados do cliente (importador/exportador). O que determina o pagamento dessas gastos é a condição "collect" (a cobrar do destino) ou "prepaid" (pré-pagamento na origem). Dessa forma, na hipótese do importador/exportador efetuar o pagamento de tais despesas para a Circle do país de destino, o respectivo valor é remetido posteriormente pela Circle do país do destino para a Circle do país de origem.

Pela execução desses serviços de agenciamento, a Circle cobra de seus clientes as taxas de consolidação/desconsolidação e "collect fee" (taxa de coleta de carga). A principal receita auferida pela Sociedade, todavia, não decorre dessas taxas, mas sim da comissão sobre colocação da carga que é paga sempre pelo escritório de origem da carga embarcada. Por exemplo, um embarque de Mimai para Guanilhos, o escritório de Miami apurará o lucro do embarque e comissionará o escritório da Circle no Brasil pelo serviço.

Dessa forma, quando um cliente solicita o embarque de determinada quantidade de carga, a tarifa de frete praticada considera a tabela oficial da transportadora para aquela quantidade de carga. Ocorre que, em geral, como a Circle consegue embarcar cargas de vários outros clientes a tarifa de frete praticada pela transportadora acaba sendo

substancialmente reduzida pela escala, pois quanto maior a quantidade embarcada, menor é a tarifa praticada.

O diferencial de volume apurado é rateado entre a Circle e a empresa que estiver intermediando a operação no exterior. Tal empresa pode ser tanto a matriz da Circle, uma outra subsidiária ou ainda agências de representação (exclusivas ou não). Após a apuração do lucro entre os escritórios envolvidos o diferencial passa a intitular-se "comissões recebidas do exterior".

Ressaltamos que nas operações de importação, a Circle tem por procedimento tributar o valor da taxa de desconsolidação, collect fee e comissões recebidas do exterior para fins de ISS, PIS e Cofins. Adicionalmente na prestação dos serviços de agenciamento de carga, o cliente solicita um tráfego aéreo ou marítimo e a Circle oferece as diversas opções de logística. Regra geral, quem decide pela transportadora é o próprio cliente em virtude das condições de preço, agilidade da entrega entre outras coisas. Em alguns casos, todavia, pode existir liberdade de escolha delegada pela empresa contratante à Circle. Em virtude de tais considerações, a Circle é mera "transitória de carga" não se enquadrando no conceito de comissária."

Apresentou exemplos de Documentos Fiscais e esclarecimentos acerca da contabilização de tais valores.

Às fls. 151 a fiscalização questionou o contribuinte acerca das diferenças por ele declaradas em suas obrigações acessórias e a receita calculada pela mesma fiscalização, constante em uma tabela resumida.

Daí conclui, litteris, que "Dos exames, baseados em documentos e livros fiscais dos respectivos anos calendários sob exame, além de demonstrativos e balancetes contábeis apresentados pelo contribuinte, ficou claro que o mesmo comprometeu a eficiência técnica da conta Clientes/Contas a Receber, que sob a ótica dos princípios de contábeis geralmente aceitos, nessa conta, cabe registrar tão somente os valores decorrentes de vendas a prazo de mercadorias e serviços a clientes". E que "Desta forma, ficou constatado que o contribuinte considerou apenas parte de suas receitas auferidas como base de cálculo para apuração Contribuição, provocando uma redução drástica na referida apuração."

Lançou-lhe o tributo, então, a partir dos valores que seriam relativamente às supostas receitas omitidas, sobre o que fora declarado pelo próprio contribuinte em DIPJ, na linha pertinente à receita bruta das atividades próprias.

Intimado a esclarecer ou demonstrar quais seriam as receitas da atividade própria e as receitas repassadas a terceiros, a contribuinte apresentou suas alegações, como dito, não tendo logrado, nos autos, separar tais ingressos de acordo com a sua origem.

A douta DRJ adotou como razões de decidir que a base de cálculo do tributo seria o faturamento, não se excogitando reduzir-se o pretenso "faturamento" (que de restou nunca restou comprovado qual seria", e as supostas "deduções".

Nesse sentido, entendo que à luz da legislação tributária, caberia inicialmente à autoridade fiscalizadora, mediante as intimações e verificações adequadas, buscar a verdade material, o que nos parece ocorreu. Caberia ao contribuinte também comprová-lo, tendo sido intimado para tanto, a quem cabe o ônus da prova nessas situações,

mormente em tendo declarado em DIPJ o próprio contribuinte que tais receitas teriam uma única natureza

Quanto à legislação em vigor, importante mencionar que à época vigia a Lei nº 9.715/05, que determinava o fato gerador da contribuição ao PIS, e a Lei Complementar nº 70/91, que determinava a base de cálculo da COFINS.

Dessas leis, importante mencionar a primeira, já que tratamos de auto de infração de PIS:

Lei nº 9.715/95:

“Art. 2º- A contribuição para o PIS/PASEP será apurada mensalmente pelas pessoas jurídicas de direito privado e as que lhes são equiparadas pela legislação do imposto de renda com base no faturamento do mês;

Art. 3º- Para os efeitos do inciso I do artigo anterior considera-se faturamento a receita bruta, como definida pela legislação do imposto de renda, **proveniente da venda de bens nas operações de conta própria, do preço dos serviços prestados e do resultado auferido nas operações de conta alheia**

Art. 18. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos fatos geradores ocorridos a partir de 12 de outubro de 1995.”

Nítido da leitura dos atos constitutivos que a contribuinte opera por mandato, na forma do código civil, obviamente deveria registrar em sua contabilidade operações de conta alheia, o que aparentemente o faz. Claro está que a fiscalização deu-se-lhe oportunidade de provar o alegado, mas a contribuinte não apresentou provas suficientes que demonstrassem tal alegação, e que descaracterizasse o fato dela mesmo ter consignado em DIPJ tais receitas como de suas próprias atividades.

Logo, voto no sentido de negar provimento integral ao recurso voluntário.

É como voto.

(assinado digitalmente)

GILENO GURJÃO BARRETO